



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
BRASÍLIA/DF, 14 DE DEZEMBRO DE 2004

ATA DA VI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEA – 14 DE DEZEMBRO DE 2004.

Às onze horas e quinze minutos do dia quatorze de dezembro do ano de dois mil e quatro, no Salão Leste do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília/DF, por convocação do Sr. Presidente, Francisco Menezes, foi realizada a VI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da República, constituído através da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, em seu Artigo 1º, parágrafo 1º, inciso III, e regulamentado pelo Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo Decreto nº 5303, de 10 de dezembro de 2004. PRESENTES: Registrou-se a presença dos membros representantes da Sociedade Civil: Altemir Tortelli; Ana Lúcia Pereira; Ana Maria Salles Placidino; Ariovaldo Ramos dos Santos; Azelene Inácio Kaingang; Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite; Carlos Roberto Faccina; Delzi Maria de Araújo Castro; Dulce Terezinha Oliveira Cunha; Edmar Guariento Gadelha; Francisco Menezes; Gleyse Peiter; José Ribamar Araújo e Silva; Maria Emília Pacheco; Naidison Quintella Baptista; Matias Martinho Lenz; Rolf Schunemann; Regina da Silva Miranda; Renato S. Maluf; Silvio Caccia Bava; Sônia Lucia Lucena Souza de Andrade; Suely Nazaré de Oliveira Linhares; Ubiraci Dantas de Oliveira; Walter Belik. Registrou-se as presenças dos seguintes suplentes da Sociedade Civil – Adriano dos Santos Martins; Estanislau da Silva Salles; Silas Vieira. Registrou-se a presença dos membros representantes do Governo Federal: André Spitz – Assessoria Especial do Presidente da República; Ministro Patrus Ananias, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Ministra Marina Silva – Ministério do Meio Ambiente - MMA. Registrou-se a presença dos representantes dos Ministros no CONSEA: Albaneide Peixinho, Ministério da Educação - MEC; Marlise Maria Fernandes – SP Mulheres; Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG; Cezer Luiz Cerutti, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; Luiz Tadeu Rigo, Assessor Especial da Secretaria Geral; Sérgio Bueno, Ministério das Cidades; Roberto Vizentin, Ministério do Meio Ambiente - MMA e Eledil Einstein da Silva, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Registrou-se a presença dos membros observadores: Nildes de Oliveira Andrade, Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição; Humberto Oliveira – Condraf/MDA; Flávio Luiz Schieck Valente – Relatoria do Direito Humano à Alimentação; Selvino Heck, Talher Nacional. Registrou-se a presença dos seguintes convidados e assessores: Adriana Aranha, MDS; Cleyton Domingues – Sesan/MDS; Crispim Moreira MDS; Arlindo Gomes de Miranda Sesan/MDS; Ana Cláudia Santos Sesan/MDS-FAO; Flávio Cruvinel Brandão – MCT/SECIS/DEARI; Frank Mischler; José Giacomo Baccarin – Secretário Nacional de Segurança Alimentar – MDS; Laura Fernandes, Assessoria de Comunicação - ASCOM/CONSEA; Lana Magaly Pires, MCT; Aloisio Melo, CONSEA; Maria de Fátima Carvalho, CGPAN/MS; Milton Rondó Filho, MRE; Oscar Brandão Muniz, Rafael Rosa Cedro; Christin Decker; José Airton Mendonça de Melo; Alba Luci Rego de M. Peloso; M. Andréa Borges Davi; Renata Aparecida de Souza; Tarcisio Bastos Cunha; Fernando Tadeu Santos; Fernando Grossi; Lennart Kjørting. PAUTA: I - Aprovação da Ata da última reunião e aprovação da pauta - 11:00 às 11:15; II – Informes - 11:15 às 12h; III – Comunicações das Instâncias – 12h às 12:30; IV – Segurança Alimentar no Semi-Árido – 14h às 16:15; V – Avaliação do CONSEA em 2004 e Planejamento 2005 – 16:15 às 17h; VIII – Encerramento – 17h. COMPOSIÇÃO DA MESA: 1. Francisco Menezes, Presidente do CONSEA; 2. Ministro Patrus Ananias, Secretário do CONSEA; 3. Aloisio Melo, Secretaria Executiva do CONSEA. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS: O Presidente do CONSEA, Francisco Menezes, iniciou os trabalhos às 11:30, saudando a todos os conselheiros e apresentando a proposta de para apreciação do plenário do CONSEA; esta foi aprovada. Em seguida, o Senhor Francisco Menezes apresentou os informes, referentes aos seguintes pontos: 1. realização do II Encontro de

Conselhos de Políticas Públicas, em Brasília, no último dia 11 de novembro, com o objetivo de elaborar proposta para as Metas Sociais Brasileiras, merecendo destaque a inovação representada pela busca de uma pauta comum para todos os conselhos; 2. realização, desde a última Plenária, dos outros quatro Encontros Regionais dos CONSEAs Estaduais, nas regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Centro-Oeste, concluindo-se a programação prevista; 3. realização do Seminário sobre Segurança Alimentar e Nutricional, Agricultura Familiar e Desenvolvimento, nos dias 10 e 11 de novembro; 4. previsão de realização do Fórum Social Mundial, a ocorrer em janeiro de 2005, em Porto Alegre, com diversos eventos relativos à segurança alimentar e nutricional, sendo que a programação definitiva ainda não se encontrava disponível; 5. realização de Teleconferência sobre Agricultura Familiar, realizada pela Embrapa no último dia 24 de novembro, com participação da Conselheira Maria Emília Pacheco representando o CONSEA; 6. reunião, com discussões muito proveitosas, com o Senhor Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAS/MTE; 7. Continuação das atividades preparatórias à realização da 32ª. Sessão Anual do Comitê Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas – ONU, prevista para março de 2005, em Brasília; 8. Audiência com o Ministro Ciro Gomes, do Ministério da Integração Nacional – MI, visando preparar o ponto de pauta relativo à segurança alimentar no semi-árido; 9. Instalação do Grupo de Trabalho sobre Controle Social no Programa Família, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, com indicação dos senhores Carlos Eduardo de Souza Leite e Selvino Heck para integrar o Grupo representando do CONSEA, prevendo-se ainda a colaboração do senhor Adriano dos Santos Martins; e 10. realização de reuniões das instâncias do CONSEA durante o último mês de novembro, durante o qual não houve Reunião Plenária do Conselho. O Presidente do CONSEA informou ainda sobre a tramitação das propostas de emendar ao Orçamento Geral da União de 2005, mediante contatos com o Deputado Paulo Bernardo, presidente da Comissão Mista de Orçamento, com boas perspectivas de aprovação no âmbito da Comissão e, posteriormente, do Plenário da Câmara. O Presidente Francisco Menezes informou ainda não haver resposta para a Exposição de Motivos referente à proposta de decreto sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Em seguida, o Senhor Francisco Menezes passou à palavra ao Secretário do CONSEA, Ministro Patrus Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que iniciou por relatar a Reunião Ministerial realizada no último final de semana, dias 11 e 12 de dezembro, na qual definiram-se as prioridades do Governo Federal para 2005, com base no OGU. Para isso, relatou o senhor Ministro, foram realizados trabalhos em grupos segundo eixos temáticos, tendo-se chegado à seguinte formulação, que sintetiza o grande desafio do Governo Federal para o ano seguinte: “Crescimento econômico sustentável com inclusão e justiça social”. O Ministro Patrus Ananias registrou também que o desenvolvimento social engloba dimensões morais e éticas, ainda que persista certa visão de que o crescimento econômico seria suficiente para resolver problemas sociais, ressaltando que o desenvolvimento social, além das dimensões citadas anteriormente, tem também impactos econômicos, na medida em que viabiliza a inclusão dos cidadãos no mercado consumidor, de forma que não se deve falar de crescer para incluir, mas antes de incluir para promover o crescimento econômico. Com relação ao Programa Bolsa Família, o Ministro Patrus Ananias informou ser ele o carro-chefe do MDS no Fome Zero, reconhecendo a existência de distorções históricas, como os problemas cadastrais, e relatando a incorporação, pelo Ministério, das críticas positivas. Ressaltou, no entanto, que há um debate político-ideológico subjacente às críticas, pelo qual se busca atacar os gastos sociais do Governo, qualificados como “gastos”, ao passo que os dispêndios em atividades econômicas são qualificados como “investimentos”. O Ministro Patrus Ananias prosseguiu registrando as prioridades definidas pelo MDS em seu planejamento, destacando, inicialmente, o desafio, que inclui os Conselhos de Segurança Alimentar dos três níveis de Governo, de buscar unidade no conceito e na ação do Fome Zero, entendido como um conjunto de ações do Governo Federal e da sociedade, pelo qual se busca garantir o direito à alimentação; com isso, pretende-se fazer frente ao mesmo ataque ideológico relatado anteriormente, pelo qual se insiste em afirmar que o Fome Zero fracassou. Para isso, consignou o senhor Ministro, o MDS atua em três eixos, a saber: garantia do acesso à alimentação; políticas de renda; e benefícios de prestação continuada. Quanto à garantia do acesso à alimentação, o Ministro destacou a implantação de um sistema nacional de segurança alimentar e nutricional, com marco normativo próprio, abrangendo Estados e Municípios, além do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que inclui o Programa do Leite e que promoveu a geração de ocupações e renda no campo, além de

garantir alimentação a crianças, idosos e comunidades vulneráveis, como indígenas, quilombolas, atingidos por barragens, acampados e população de rua; e ainda a implantação de equipamentos públicos, mediante parcerias com Prefeituras para construção de restaurantes populares, integrados a hortas e bancos de alimentos, além de parcerias com o setor empresarial, como o Projeto Cozinha Brasil, com o SESI. Quanto às políticas de renda, o Ministro destacou o Programa Bolsa Família, que se aproximava, naquele momento, da meta do ano, de seis milhões e quinhentas mil famílias, e ainda o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Quanto aos benefícios de prestação continuada, o Ministro Patrus Ananias destacou o atendimento com valores de um salário mínimo e até dois beneficiários por família, consignando ainda o registro da falsa dicotomia entre ações de caráter assistencial ou emancipatório, superada a partir de programas de capacitação, desenvolvimento local, arranjos produtivos locais e economia solidária. O Ministro Patrus Ananias teceu considerações sobre o controle social e a participação no Programa Bolsa Família, informando sobre: 1. portaria orientando o acompanhamento desse Programa pelos conselhos de assistência social e comitês gestores do Fome Zero, além de outros conselhos setoriais; 2. instituição de grupo de trabalho para definir instância de controle social do Programa Bolsa Família, com participação do CONSEA; 3. parceria com os Ministérios Públicos Federal e Estaduais para a fiscalização; 4. parcerias com sentido pedagógico e educativo com a Pastoral da Criança e o Talher, visando conscientizar sobre os benefícios e sobre a necessidade de maior controle sobre os recursos; e 5. parcerias com os Ministérios da Educação e da Saúde para o controle das condicionalidades. Concluindo, o Ministro Patrus Ananias considerou, destacando a característica federativa do Estado Brasileiro, que, com base na sua experiência, os prefeitos podem erradicar a fome, agindo com determinação e contando com o apoio do Governo Federal e da sociedade; afirmou que já se avançou muito nesse sentido e que o reforço dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional é fundamental para que se concretize o objetivo de acabar com a fome e com a exclusão. Dando seguimento ao item dos informes, o Presidente do CONSEA convidou o conselheiro Naidison Batista para entregar ao Ministro Patrus Ananias placa comemorativa de cinquenta mil cisternas construídas. O conselheiro Naidison, ao entregar a placa, esclareceu que isso representou água potável e de boa qualidade para duzentas mil famílias, acrescentando esperar a continuidade da parceria entre o MDS e a Articulação do Semi-Árido – ASA. O Presidente Francisco Menezes citou a presença, na plenária, de três representantes internacionais, que vieram ao Brasil participar do workshop preparatório da 32ª. Sessão Anual do Comitê Permanente de Nutrição da ONU: Hans Schoenenberg, da GTZ – Alemanha; Christin Decker, no Ministério da Agricultura da Alemanha, e Frank Mischler, da Unidade de Direito Humano à Alimentação da Organização para Alimentação e Agricultura – FAO – Roma. Prosseguindo no item relativo aos Informes, o Presidente do CONSEA passou a palavra ao Conselheiro Carlos Eduardo, relativo ao andamento dos trabalhos do GT sobre Controle Social no Programa Bolsa Família, do ponto de vista do CONSEA. O Conselheiro Carlos Eduardo informou que o GT já havia sido instalado, mas mudou sua composição para incorporar representantes do CONSEA, os quais participaram das três últimas reuniões. Diante da urgência exigida pelo Ministro do MDS, continuou o Conselheiro, o GT trabalhou intensivamente, encontrando novos desafios a cada avanço; iniciou-se pela análise da situação, prosseguindo-se pelo esclarecimento de divergências e busca de consensos, com elaboração de cenários para avaliar a possibilidade de efetivação das propostas. O Conselheiro Carlos Alberto apresentou as seguintes questões, a serem discutidas no âmbito do Conselho: 1. caráter da instância de controle social; 2. garantia do empoderamento e participação da sociedade civil, a partir da metodologia de implantação, com base em mobilização; 3. composição da instância e proporcionalidade a ser adotada, tendo-se em vista a necessidade de garantir os avanços anteriores relativos à maior participação da sociedade civil; 4. forma de indicação de representantes da sociedade civil; e 5. exequibilidade, ou seja, necessidade de que a proposta seja de fácil compreensão e operação pelos representantes da sociedade, uma vez que a simplicidade é condição para a efetividade. Finalizando, o Conselheiro Carlos Alberto colocou a necessidade de aprofundar os temas do controle social e da intersectorialidade, em termos dos papéis da sociedade civil e do Estado, destacando também os avanços obtidos na reflexão, a saber: 1. o controle social pela sociedade civil deve focar resultados, além de denunciar as situações irregulares, cabendo ao Estado a fiscalização e o controle sobre os processos; e 2. constatou-se a necessidade de divulgar o papel ativo do Ministério Público. O Conselheiro Carlos Alberto consignou conclusão de que o desenho da instância de controle social deve abrir espaço

para outras soluções, buscando desenho mínimo flexível, que permita adaptação aos diferentes contextos e fácil apropriação; acrescentou, ao fim, a preocupação quanto à relativa capacidade de intervenção do CONSEA, o que requer ressaltar o direito de que esta instância, mesmo sendo colaboradora, possa fazer uma leitura crítica quanto ao resultado final do GT. O Presidente do CONSEA consignou registro de agradecimento pela importante contribuição do conselheiro Carlos Alberto e dos senhores Selvino Heck e Adriano dos Santos Martins, com base nas discussões nas Comissões Permanentes de Articulação com os CONSEAs Estaduais e de Mobilização Social, e destacou a proposta de realização de um seminário sobre controle social. Às 12:35, o Ministro Patrus Ananias solicitou licença para retirar-se da Plenária, tendo em vista a necessidade de tomar providências imediatas em função de denúncia de desvios no Programa Bolsa Família em Bom Jardim – Pernambuco, com perseguições sobre o denunciante. A conselheira Gleyse Peiter iniciou o relato sobre a realização do I Encontro dos Conselhos de Políticas Públicas, iniciativa do Consea originada da Semana Nacional de Cidadania e Solidariedade, realizada em São Paulo, em agosto do corrente ano, tendo três eixos principais: a homenagem ao Betinho (falecido em 09 de agosto); a discussão das metas sociais brasileiras; e a mobilização permanente visando transformar aquele momento num movimento contínuo e articulado na sociedade como um todo. Desta forma, continuou a Conselheira Gleyse, o CONSEA, a partir de proposta da Comissão Permanente de Mobilização Social, deliberou no Plenário de 29 de junho por realizar o Encontro dos Conselhos de Políticas Públicas de Governo, o que aconteceu pela primeira vez no Brasil em 09 de agosto de 2004, em São Paulo, tendo por objetivo a troca de experiências e a busca de uma unificação das agendas destes Conselhos. O evento reuniu cerca de 100 pessoas e cada um dos conselhos apresentou um resumo de sua atuação, funcionamento e composição, onde se identificou, apesar das diferenças, uma igualdade quanto a atuação e a transversalidade, ou seja, a existência de assuntos comuns a todos os Conselhos, reforçando o objetivo de elaboração de uma agenda comum. A Conselheira Gleyse informou ainda que as propostas do CONSEA, nessa reunião, foram: sistematizar as deliberações das Conferências realizadas pelos vários conselhos; e discutir uma metodologia para definição das metas sociais brasileiras. A Conselheira esclareceu que, mesmo com a existência dos oito objetivos do milênio, quarenta e oito metas e mais os indicadores, entendeu-se que as metas poderiam ser discutidas de maneira mais abrangente, daí a proposta de que cada Conselho defina um objetivo e proponha até dois temas relacionados às metas desse objetivo. Continuando, a Conselheira Gleyse informou que houve novo Encontro dos Conselhos em novembro de 2004, em Brasília, com participação de 15 Conselhos, tendo sido incluídos o Conselho Nacional de Políticas para a Igualdade Racial e o Conselho de Transparência Pública e de Combate à Corrupção; e informou ainda que, nessa ocasião, houve a apresentação da proposta de prêmio, em elaboração pela Presidência da República, voltado às administrações municipais e estaduais em torno da aplicação e implementação dos Objetivos do Milênio e das metas sociais brasileiras, com previsão de menções honrosas em 2005 premiação efetiva em 2006. Ainda no II Encontro foram tratados dos seguintes assuntos: 1. apresentação do Relatório Nacional de acompanhamento dos Objetivos do Milênio realizado pelo IPEA, o qual foi distribuído pela Secretaria do CONSEA aos Conselheiros; 2. apresentação de informações, pelo PNUD, sobre o andamento dos Objetivos do Milênio no mundo, destacando-se que o Brasil encontra-se à frente não só na discussão do combate à pobreza, com posição de liderança do Presidente Lula, mas pela mobilização efetiva que o Brasil tem mantido em torno da discussão das metas; 3. apresentação de documento de sistematização dos resultados das diversas conferências nacionais e de documentos institucionais de cada um dos Conselhos. Finalmente, a Conselheira Gleyse informou que haverá uma nova reunião no mês de março de 2005, onde cada um dos Conselhos apresentará sua proposta relativa aos dois temas sobre cada meta, ressaltando que, nessa ocasião, o CONSEA deverá também apresentar a sua proposta. Finalizando, a Conselheira Gleyse entregou a ata do II Encontro ao GT Indicadores. O Conselheiro André Spitz acrescentou que a iniciativa de realizar os Encontros dos Conselhos é inovadora e reconhecida por todos os outros conselhos; e que serão apresentados no Fórum Social Mundial painéis que considerarão as metas do milênio e os resultados já alcançados. O Presidente Francisco Menezes informou que as oficinas previstas para o Fórum Social Mundial estavam passíveis de confirmação das datas e por isso, julga importante que todos estejam atentos para a programação final do evento. O Presidente informou ainda que, considerando as questões de tempo e o fato da Comissão Permanente de Articulação com os Conselhos Estaduais não ter conseguido reunir-se, não será discutido o

ponto de pauta referente aos resultados dos Encontros Regionais dos CONSEAs Estaduais, remetendo a discussão para a próxima reunião. Em seguida, o Presidente do CONSEA consultou o plenário sobre serem apreciados apenas os encaminhamentos que necessitam ser aprovados pelo pleno do Conselho, devido à exigüidade de tempo. Após verificação da mesa, foram identificados encaminhamentos a serem aprovados pelo plenário. Inicialmente, foram apresentados aqueles relativos à reunião conjunta da Câmara Temática I – Produção e Abastecimento, da Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação e dos Grupos de Trabalho de Sistema Nacional de SAN e de Monitoramento e Indicadores, conforme relatado pelo Conselheiro Renato Maluf, que apresentou as seguintes propostas, resultantes dessa reunião: 1) Que o CONSEA volte a se manifestar sobre a importância da realização do Censo Agropecuário 2005; 2) que a Presidência do CONSEA contribua para que sejam retomadas as tratativas para realizar o recenseamento dos povos indígenas e comunidades quilombolas; 3) constituição de uma comissão com representantes das três instâncias (GT de Sistemas e Comissões Permanentes de Monitoramento e Indicadores e de Direito Humano à Alimentação) com o objetivo de avançar na elaboração de proposta de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo a comissão está composta por Azelene Kaingang, Ana Lúcia Pereira, Edmar Gadelha, Renato Maluf, Flávio Valente e Nathalie Beghin (IPEA), com indicação de uma primeira reunião dessa comissão no dia 17 de fevereiro de 2005, antecedida pela preparação de material pela Presidência do CONSEA; 4) que a presidência do CONSEA, juntamente com a Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação e o Ministério Público, procure a Secretaria Nacional de Direitos Humanos com o objetivo de discutir a criação de instrumentos ou instâncias de acompanhamento de violação do Direito Humano à Alimentação. O Presidente do CONSEA submete ao Plenário as quatro propostas apresentadas pelas Comissões; não havendo nenhuma objeção, as propostas foram aprovadas. Em seguida, Francisco Menezes passou a palavra à Conselheira Maria Emília Pacheco, coordenadora da Câmara Temática I – Produção e Abastecimento, que apresentou a proposta de instalação de um Grupo de Trabalho sobre Negociações Internacionais, com a seguinte composição: um representante do MDA; um da CONAB; um da Secretaria Geral da Presidência da República; um do MRE; um do IPEA; e ainda os Conselheiros Altemir Tortelli e Renato Maluf. A Conselheira Maria Emília acrescentou a proposta de que esse grupo de trabalho reúna-se no dia 1º de fevereiro e que tenha como objetivo imediato a elaboração de uma lista de produtos importantes para a Segurança Alimentar e Nutricional, além de acompanhar as negociações internacionais, especialmente aquelas em curso como o Mercosul, a União Européia e a Organização Mundial do Comércio - OMC. A Conselheira Maria Emília apresentou também a proposta, resultante do Seminário sobre a Alimentação Saudável, Agricultura Familiar e Desenvolvimento, de criação de um portal eletrônico cujo tema seja a Segurança Alimentar e Nutricional e contendo *links* institucionais e temáticos, cabendo ao CONSEA os papéis de executor, coordenador e organizador. A Câmara Temática um propõe, com relação ao propõe, que seja realizada reunião do Grupo de Trabalho definido no Seminário, em conjunto com a Presidência e Assessoria de Comunicação do CONSEA, visando avaliar a proposta. O Presidente do CONSEA registrou a grande importância de se criar o Grupo de Trabalho sobre Negociações Internacionais e consultou o plenário, que aprovou a criação do Grupo de Trabalho. Em seguida, o Presidente do CONSEA suspendeu os trabalhos para o almoço às 12h47. PERÍODO DA TARDE: O Presidente do CONSEA, senhor Francisco Menezes, chamou à ordem o plenário do CONSEA às 14h35, retomando o desenvolvimento dos trabalhos. Para tratar do tema da Segurança Alimentar e Nutricional no Semi-Árido, foi composta a mesa com a participação do Presidente do CONSEA; do senhor Pedro Brito, chefe de Gabinete do Ministério da Integração Nacional; da Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente; do senhor José Giacomo Baccarin, da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS; e do senhor Aloisio Melo, da Secretaria do CONSEA. p. O Presidente do CONSEA passou a palavra ao senhor Pedro Brito, que inicialmente pediu desculpas aos presentes pela ausência do Ministro Ciro Gomes, convocado para integrar a comitiva do Presidente da República e deu início à apresentação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Informou que a região semi-árida brasileira caracteriza-se por regime pluviométrico muito irregular e marcado pela imprevisibilidade, com precipitação de até 700 milímetros por ano, concentrada em apenas três meses. O senhor Pedro Brito acrescentou a avaliação de que a estratégia de armazenamento de água em grandes reservatórios mostra pouca racionalidade, resultando em elevadas perdas por evaporação ou vertimento, com grande desperdício na época das chuvas, dada a limitada

capacidade dos reservatórios. Assim, continuou o representante, o Projeto de Integração de Bacias tem por objetivos reduzir essas perdas e racionalizar o armazenamento, uma vez que não seria mais necessário manter os reservatórios cheios. O senhor Pedro Brito informou ainda que a Bacia do Rio São Francisco detém setenta por cento da água disponível no Nordeste, de forma que o Projeto prevê a construção de dois canais, denominados Eixo Norte, abrangendo vinte e cinco por cento da população do semi-árido, com quatrocentos quilômetros de comprimento, incluindo-se canais, aquedutos, túneis e três estações elevatórias; e o Eixo Leste, abrangendo doze por cento da população do semi-árido, com duzentos quilômetros de comprimento; de forma que, no conjunto, a área de abrangência do Projeto contempla trinta e sete por cento da população do semi-árido, ou certa de dez milhões de pessoas. O senhor Pedro Brito acrescentou que, além dos reservatórios, o Projeto prevê que a água será também destinada aos rios intermitentes, perenizando uma extensão de aproximadamente um mil quilômetros, o que totaliza uma extensão total de um mil e seiscentos quilômetros de cursos d'água mantidos pelo Projeto. O representante do Ministério da Integração Nacional apresentou as ações previstas no Projeto, quais sejam: 1. Revitalização de Bacias; 2. Combate à Desertificação; 3. Interligação de Bacias Hidrográficas; 4. Segurança Hídrica para a População Difusa; 5. Segurança Hídrica para a População Urbana; e 6. Conclusão de Projetos em Construção. Ressaltou ainda que, tendo em vista os dispêndios emergenciais do Governo Federal a cada nova estiagem, os quais podem chegar a dois bilhões de reais, como ocorreu na seca de 1998/99, o custo de implantação do Projeto é menor do que o custo de deixar de fazê-lo. Quanto à área de abrangência, o senhor Pedro Brito informou que, por orientação do senhor Presidente da República, o Projeto deve priorizar a área com oitenta por cento de incidência de estiagens, abrangendo também, em menor proporção, áreas em que o risco de estiagem situa-se na faixa de quarenta a oitenta por cento e de menos de quarenta por cento. Esclareceu também antes o Projeto era denominado de Projeto de Transposição do São Francisco, mas mudou-se por não se tratar de mudança do curso do Rio, como ocorreu no Rio Piracicaba ou Rio Guandu, além de outros exemplos em outros países, como África do Sul e Austrália. Quanto aos aspectos ambientais, o representante do Ministério da Integração informou que o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental encontram-se em análise pelo IBAMA, na fase de realização de audiências públicas; no entanto, considerou que o risco ambiental é praticamente nulo, uma vez que a tomada de água é posterior à barragem de Sobradinho, num trecho em que o Rio já foi tornado artificial. Esclareceu ainda que a área prioritária do Projeto é o embasamento cristalino, onde não há possibilidade de encontrar água ou esta é salobra; e acrescentou que os Estados receptores já têm a infraestrutura preparada, em termos de açudes, reservatórios e adutoras interligando o sistema; e que o custo para operação do sistema, de manutenção e de vigilância deverá ser arcado pelos Estados, à base de onze centavos por metro cúbico de água, estando prevista a criação de uma subsidiária da CHESF para operá-lo. O senhor Pedro Brito acrescentou ainda que a disponibilidade de água na área do Projeto é inferior aos 1.700 metros cúbicos/pessoa/ano preconizados pela ONU, sendo de 527 metros cúbicos/pessoa/ano na área do Eixo Norte e de 300 metros cúbicos/pessoa/ano na área do Eixo Leste. O representante do Ministério da Integração Nacional consignou registro de que o Rio São Francisco não está morrendo, como se costuma dizer, mas, ao contrário, é um rio pujante, apesar de degradado por esgotos, derrubada das matas ciliares, contaminação de afluentes pela indústria siderúrgica em Minas Gerais; daí a decisão de implantação do Projeto de Revitalização do Rio São Francisco, independente do Projeto de Integração, com destinação, ainda em 2004, de vinte e sete milhões de reais em Minas Gerais e de outros cem milhões em 2005, a serem aplicados pelos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, além dos investimentos em saneamento; e acrescentou que as prioridades para aplicação desses recursos deverão ser definidas pelo Comitê da Bacia. Destacou ainda o apoio aos Arranjos Produtivos no Semi-Árido, que prevê o apoio à piscicultura, caprinocultura, ovinocultura e apicultura, entre outras atividades; e a ação de Infra-estrutura Hídrica, parte do Programa Conviver. Entre as justificativas para a implantação do Projeto, o representante do Ministério da Integração destacou a viabilidade do suprimento hídrico para a área mais ocupada do Polígono das Secas, onde estão 45% da população; o atendimento às áreas de menor disponibilidade hídrica regional *per capita*; a existência de açudes estratégicos já construídos na região; a necessidade de otimizar a gestão da oferta hídrica com redução das perdas operacionais dos açudes; o fato de ser o Rio São Francisco a fonte perene de grande volume mais próxima, implicando menor

investimento da sociedade; o fato de o Rio São Francisco já ter sido regularizado no ponto de captação, de forma que não há impacto de novas barragens nem interferência na navegabilidade no Médio São Francisco; a transferência hídrica média entre bacias relativamente modesta, de 2,5% da vazão regularizada do Rio São Francisco; a viabilidade do desenvolvimento sustentável em áreas com potencial produtivo e competitividade econômica, viabilizando a inserção regional na economia moderna. Quanto ao modelo de gestão, o senhor Pedro Brito informou envolver a Agência Nacional de Águas - ANA e o Ministério da Integração Nacional, ambos como gestores do Projeto, sendo este o responsável direto pela construção, concessão e contratos com as empresas gestoras em seus respectivos Estados, e cabendo à ANA o apoio à gestão nas bacias hidrográficas. Concluindo, o senhor Pedro Brito consignou registro de que o maior desafio consiste na articulação de políticas de desenvolvimento social. O Presidente do CONSEA agradeceu a exposição do senhor Pedro Brito e passou a palavra à Ministra Marina Silva que, após cumprimentar os presentes, iniciou por caracterizar a atuação transversal do Ministério do Meio Ambiente, com ações em vários Ministérios, destacando, no caso do Ministério da Integração Nacional, as ações relativas ao desenvolvimento regional, em especial em áreas mais críticas como o Norte e o Nordeste. A Ministra apresentou as orientações gerais para a política ambiental, baseadas em quatro diretrizes: 1. política ambiental pensando no fortalecimento do sistema nacional de meio ambiente; 2. controle e participação social, a partir da visão de que, para controlar e participar, é necessário o acesso à informação, sob risco de se caracterizar a legitimação, em lugar de real interferência em processos decisórios; 3. desenvolvimento sustentável, desafio caracterizado pela necessidade de se estabelecer ponte entre a dinâmica de desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental, diante do contraste entre a pobreza e a abundância de recursos naturais e dentro de uma visão caracterizada como "desenvolvimentista incluyente e sustentabilista", ou a utopia de que toda a humanidade venha a se beneficiar do desenvolvimento; e 4. política ambiental integrada, ressaltando que, mais que políticas de Governos, que são transitórias, deve-se buscar políticas de caráter permanente. A Ministra prosseguiu considerando que, em relação ao semi-árido, há necessidade de elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável, na perspectiva de um processo de planejamento regional participativo e democrático. A Ministra ressaltou que, no caso do Projeto de Integração de Bacias, o Ministério da Integração Nacional é o empreendedor e o Ministério do Meio Ambiente é o licenciador, ambos com autonomia para o desempenho de suas funções; e acrescentou que o Comitê da Bacia do São Francisco exigiu a apresentação do Plano da Bacia, que foi elaborado e aprovado por essa instância. Continuando, a Ministra Marina Silva informou da existência do Programa de Atendimento de Comunidades Isoladas, pelo qual se iniciou o apoio à construção de cisternas; e o Plano de Revitalização do Rio São Francisco, no qual o Governo já efetivou os seguintes avanços: destinação de cem milhões de reais no Plano Plurianual 2004-2007 para recuperação e unidades de conservação; seiscentos milhões para tratamento de esgotos; o Combate à Desertificação, mediante parcerias com governos e comunidade; o Projeto Água Doce, para dessalinização e uso de rejeitos em cinquenta a setenta comunidades; o Programa de Agrobiodiversidade, para preservação de sementes de espécies nativas, com previsão de dez postos em todo o país; Programa Nacional de Florestas, visando a recuperação de áreas degradadas, com execução de quatrocentos e cinquenta mil hectares em 2004, boa parte dos quais no Nordeste, garantindo lenha para o consumo local, além de ampliar a certificação. Concluindo, a Ministra Marina Silva ressaltou que, para o Ministério do Meio Ambiente, o mais importante é a definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do semi-árido, algo mais amplo do que o Projeto de Integração de Bacias, que seria um dos componentes desse plano e sobre o qual, em termos de licenciamento ambiental, o Ministério irá se pronunciar nos autos; e encerrou seu pronunciamento registrando a convicção de estar se avançando no caminho correto. Dando prosseguimento ao ponto de pauta relativo à Segurança Alimentar e Nutricional no Semi-Árido, o Presidente do CONSEA passou a palavra ao Conselheiro Malaquias Batista, que apresentou síntese de texto sobre o tema. O Conselheiro iniciou a apresentação afirmando ser o semi-árido brasileiro o mais extenso e mais povoado do mundo, além de configurar a maior área de pobreza das Américas. Outra característica, continuou o Conselheiro, é a desigualdade da pobreza no Nordeste, além de se concentrarem ali os maiores índices de mortalidade infantil e de analfabetismo e os menores índices de expectativa de vida; e ainda os eventos de mortalidade por fome dos mais abrangentes do mundo, com eventos epidemiológicos associados, como ocorreu com a seca de 1993, da qual resultou ampliação da incidência de baixo peso. O Conselheiro Malaquias Batista

registrou ainda o problema estrutural da alimentação no Nordeste, com escassez de frutas e verduras, déficit calórico de dez por cento, déficits de niacina e vitamina A, destacando que esta última carência poderia ser erradicada em um ano mediante oferecimento de dosagens pelo Governo. Ainda como características do semi-árido brasileiro, o Conselheiro relatou a existência de seis tipos de sistemas de produção distintos, a saber: Sistema pecuária/policultura (Piauí), Sistema pecuária/policultura (outros estados), Sistema pecuária/policultura alimentar, Sistema pecuária/algodão/produção alimentar, Sistema pecuária/feijão/produção alimentar e Sistema de manchas férteis; e a existência de distintos ecossistemas, caracterizados segundo o nível de oferta ambiental como ambientes de média e alta; baixa e média; muito baixa e baixa; e moderada oferta ambiental. O Conselheiro prosseguiu apresentando os pressupostos para a segurança alimentar e nutricional no semi-árido, a saber: Sustentabilidade econômica, social, ecológica e co-participativa; preparar a população local para que esta se adapte à região como ela é; buscar a convivência com a semi-aridez; integração dos recursos naturais e das atividades econômicas correlatas, explorando a complementaridade dos sistemas produtivos; reconhecer a diversidade de situações, o que significa que não existe uma receita única para o semi-árido; reunir, ordenar e organizar as experiências acumuladas no semi-árido brasileiro e de outras zonas semi-desérticas do mundo; incorporar ao ensino básico, técnico e superior na zona semi-árida um conteúdo mínimo sobre os problemas e possíveis soluções, enfatizando a segurança alimentar e nutricional; orientar as medidas de curto prazo para objetivos de longo prazo, visando infra-estrutura para os ciclos secos; aproveitamento do grande potencial turístico do semi-árido para geração de renda; orientar estudos e pesquisas interdisciplinares para responder as demandas das pequenas e médias unidades produtivas; e recomendação de aplicação periódica semestral ou quadrimestral de dosagem de vitamina A para crianças e na alta hospitalar pós-parto para as mães. Continuando, o Presidente do CONSEA passou a palavra ao Conselheiro Naidison Quintela, para que este apresentasse síntese do texto sobre água e segurança alimentar e nutricional no semi-árido. O Conselheiro Naidison iniciou considerando que o imaginário sobre o semi-árido é negativo, conduzindo a políticas assistenciais e à visão de que soluções passam pela água, ao passo que se convive, naquela região, com uma concentração de água, terra, assistência técnica e financiamento produtivo, entre vários outros fatores, o que deverá ser contemplado no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido. O Conselheiro Naidison manifestou preocupação com a tendência de combate à seca por grandes obras hídricas, o que tem resultado em concentração e em maiores perdas; recomenda, ao contrário, o reforço às soluções difusas, acessíveis, com tecnologias apropriáveis pelas comunidades. Com relação ao Projeto de Integração de Bacias, o Conselheiro mandou preocupações relativas a: 1. ausência de consenso quanto à carga sobre o Rio São Francisco e os impactos sobre a redução da produção de energia; 2. destinação das águas transpostas, se prioritariamente para o consumo humano, para o quê se prevê a destinação de apenas quatro por cento, ou se para a irrigação e indústria, que deverá receber setenta por cento da água; 3. qual a quantidade de água a ser liberada, se os 26 metros cúbicos, ou se os setenta metros cúbicos citados no Projeto; 4. a real necessidade da transposição, tendo em vista a tendência de não beneficiar quem mais precisa, e sem clareza quanto à garantia de acesso para o público da reforma agrária; 5. risco de expulsão das população pobres situadas nas margens do projeto, como já se viu ocorrer em outros casos; 6. opção por transpor ou revitalizar, sendo que para este há necessidade de ação enérgica. O Conselheiro Naidison seguiu relatando experiências positivas, mais baratas e de fácil manejo, de captação e armazenamento, implementadas por ONGs, organizações agrícolas, igrejas e órgãos de pesquisa. Consignou ainda registro da falta de sistematização e disseminação dessas iniciativas, visando sua incorporação às políticas, citando, entre outros tipos, as cisternas de placa, cisternas calçadão, cisternas fora do chão, tanques de pedra e de caldeirão, barreiros tradicionais, de lona e de trincheira, barragens subterrâneas, de pedra e sucessivas. Em seguida, o Conselheiro Naidison apresentou pontos sobre o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido, que deverá marcar mudança radical do tipo de intervenção na região, superando a visão de combate à seca e incorporando as seguintes questões: ampla reforma agrária, adaptada ao ecossistema; assistência técnica e financiamento produtivo para a agricultura familiar; distribuição das águas hoje existentes; apoio à sistematização das várias formas de captação de água, como base para a universalização, visando consolidar política de uso difuso da água; ampliar a construção de cisternas, no âmbito do Programa 1 Milhão de Cisternas, mediante a suplementação de quarenta milhões de reais no orçamento de 2005; e revitalização das bacias hidrográficas. Com

relação ao Projeto de Integração de Bacias, o Conselheiro Naidison apresentou questões para esclarecimento, relativas a: contradição entre o Projeto e a decisão do Comitê de Bacia; medidas que garantam a manutenção da agricultura familiar na margem dos canais; acesso à água para toda a população local; reforma agrária na área dos canais; e medidas para evitar a mercantilização da água. O Presidente do CONSEA passou a palavra à Ministra Marina Silva, que se desculpou por ter de se ausentar, conforme informado ao início da Reunião, e passou em seguida aos seus comentários sobre as questões apresentadas. Inicialmente, a Ministra destacou que não se pode reduzir o problema do Nordeste à falta de água, pois, se fosse assim, não haveria pobreza na Amazônia; e registrou concordância com a proposta de se contemplar uma diversidade de alternativas de manejo da água, além das cisternas de placa, ressaltando ser fundamental a parceria com as organizações e dispondo-se a ajudar nas negociações para a ampliação dos recursos para essas atividades. Finalmente, a Ministra Marina Silva destacou que as soluções, em grande parte, originam-se das comunidades locais, e que se deve ser incorporada às ações governamentais a cosmovisão compartilhada por essas comunidades em relação ao semi-árido. O Presidente agradeceu a presença da Ministra Marina Silva, que se retirou do plenário em seguida, e abriu os debates, marcando as inscrições de fala. O Conselheiro Ariovaldo Ramos fez a primeira intervenção, apresentando as seguintes questões: 1) se o impacto ambiental do Projeto será realmente zero, tendo em vista que se prevê a utilização de parcela de extensão do Rio já afetada em termos ambientais, e ainda se uma grande obra daquela natureza passaria despercebida pelas populações atingidas e o meio ambiente; 2. se haverá ações no Projeto voltadas à mudança da estrutura fundiária e das relações de poder; 3. sobre a existência de problemas judiciais para a implantação do Projeto; 4. se este não significaria um retrocesso à tese do combate à seca pela intervenção, ao invés de reforçar a tese do convívio com a seca; 5. sobre o nível de controle social e de empoderamento das populações excluídas, que serão as maiores beneficiadas, em termos do acompanhamento do Projeto e nas decisões acerca dele; 6. sobre a revitalização, tendo em vista o profundo comprometimento do Rio, necessitando de obras de desassoreamento com urgência; e 7. sobre a importância, no Projeto, da agricultura familiar e dos arranjos produtivos locais. O Conselheiro Marcos Winter apresentou questões sobre a fala da Ministra Marina Silva, concordando com a colocação relativa a consensos óbvios que não resultam em ações concretas e registrando que o Projeto estaria em discussão há vinte anos e que deverá ter impactos profundos sobre a cultura, a economia e a vida da população brasileira. Ainda sobre a fala da Ministra, o Conselheiro Marcos Winter afirmou ser do conhecimento de todos que, mesmo com a Lei de Abolição da Escravatura, após 116 anos, o País possui mais escravos, em números absolutos, que na época da escravatura. Finalmente, o Conselheiro Marcos Winter questionou quanto ao contraste entre os aspectos positivos do Projeto, destacados na apresentação do representante do Ministério da Integração Nacional, e os vários questionamentos sofridos pelo Projeto, o que implica o risco de que o Conselho tome uma decisão sem conhecer profundamente o assunto, aconselhando o Presidente da República a implantar um Projeto que, no futuro, poderá se revelar em mais um umprojeto que beneficia quem menos necessita; assim, concluiu o Conselheiro, deve-se discutir mais profundamente o Projeto, esclarecendo-se as questões sobre o controle social, sobre os mais atingidos e os mais contemplados e ainda sobre os reais beneficiários. O presidente do CONSEA convidou o representante da Ministra Marina Silva, o senhor Roberto Vizentin, a tomar assento à mesa. Em seguida, o Conselheiro Carlos Eduardo iniciou sua colocação, esclarecendo que participa de uma organização situada às margens do Rio São Francisco e que acompanha as comunidades rurais, fazendo parte ainda do Fórum em Defesa do Rio São Francisco, de onde se originou sua preocupação com a participação e a democracia no Governo Lula, tendo em vista o descompasso entre a posição construída pela sociedade civil nesse Fórum e os resultados do Comitê de Bacia, por um lado, e a posição a ser assumida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que poderia ir em sentido contrário. Diante disso, o Conselheiro Carlos Eduardo questionou o representante do Ministério da Integração Nacional, senhor Pedro Brito, sobre a visão, pelo Governo Federal, da construção da participação e sobre o tipo de encaminhamento pode ser gerado. O Conselheiro Carlos Alberto identificou também uma diferença entre as visões de sustentabilidade e desenvolvimento dos dois Ministérios, pois um deles enfatizou os grandes projetos e o outro ressaltou a importância da participação da comunidade, apontando, dentro desta visão, uma infinidade de experiências consolidadas em termos tecnológicos, que necessitam ser melhor equacionadas pelo Governo Lula e incorporadas em um processo de

desenvolvimento sustentável; como exemplos, o Conselheiro citou as cisternas e ainda das redes de sementes em consolidação no Nordeste, não apenas no nível comunitário mas também microrregional e estadual, sem contar com uma estratégia governamental visando estoques reguladores de sementes e grãos para o abastecimento alimentar no semi-árido, assunto que deveria constar da pauta do Conselho. Finalmente, o Conselheiro Carlos Alberto citou experiências de reforma agrária com conservação ambiental na Bahia, relativas ao manejo de áreas de fundo de pasto, que são desconhecidas pelo Governo e que dão base para pensar a relação entre conservação e desenvolvimento; a partir dessas experiências e do alto grau de diversificação na agricultura familiar, o Conselheiro considera equivocada a lógica de cadeia produtiva adotada pelo Ministério da Integração Nacional, pois além da ovinocaprinocultura e da apicultura, com potencial produtivo comprovado, poder-se-ia otimizar outros arranjos produtivos locais, principalmente para o aproveitamento da diversidade de frutas existentes no semi-árido. Em seguida, a convidada Marilene Melo, da Articulação do Semi-Árido – ASA da Paraíba foi apresentada pelo Presidente do CONSEA e fez uso da palavra. A convidada Marilene iniciou considerando que as deliberações da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o V Encontro Nacional da ASA – ECONASA, a Conferência Terra e Água e o Fórum Social Nordestino, todos espaços importantes com participação das diversas organizações da sociedade civil, apontam para um caminho diferente do proposto pelo Governo Federal por meio do Projeto de Integração de Bacias, o que evidenciaria o descompasso entre o discurso do Governo e a realidade. A convidada Marilene destacou que o caminho para a participação deve passar por processos descentralizados de reflexão e que esse Projeto já vinha sendo construído ao longo dos anos, inclusive por outros Governos, juntamente com os governos estaduais; na Paraíba, por exemplo, uma das partes integrantes do Projeto, o Canal da Redenção, ao invés de fortalecer os processos, ações e dinâmicas de convivência no semi-árido, tem desconstruído todos os processos sociais e de vida no semi-árido paraibano, pois as famílias da região são impedidas de utilizar a água do Canal. A convidada Marilene informou ainda que se iniciou naquela região, e possivelmente também nos demais estados, uma espécie de especulação sobre as áreas de terra que possivelmente seriam beneficiadas pelo Canal, o que evidenciaria a contradição entre o discurso sobre os efeitos de inclusão social do Projeto e seus efeitos excludentes. Estes, segundo a convidada, decorrem em grande medida da ênfase nos arranjos produtivos baseados no sistema do agronegócio, enquanto a grande maioria da população local caracteriza-se como agricultores familiares, com atividades produtivas diversificadas que garantem sua segurança alimentar e produzem alimentos para a população em geral. Por fim, a convidada Marilene questionou sobre quem será o pagador da água consumida, pois se informou que o Estado pagará pela água, mas quem pagará mesmo será o consumo final. Em seguida o Conselheiro Carlos Faccina fez uso da palavra, reportando-se à fala do Ministro Patrus Ananias quanto ao pensamento do empresariado brasileiro, uma vez que o Conselheiro representa no CONSEA a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA. O Conselheiro Carlos Faccina considerou que, na visão dos empresários brasileiros, o Programa Fome Zero não é um fracasso, mas antes um sucesso internacional e um fracasso interno, o que considerou ser um absurdo; e acrescentou que existe um programa bem elaborado e bem estruturado desde sua elaboração, pelo Instituto de Cidadania, e se há culpa para que o Programa não esteja sendo transmitido corretamente à sociedade brasileira, essa culpa seria de todos os presentes, de forma que o CONSEA precisaria rever o assunto e reorientá-lo, com veiculação pela imprensa. O Conselheiro Carlos Faccina reiterou que o Programa é um fracasso nacional, entre aspas, e um sucesso internacional, reconhecido inclusive como exemplo de combate à desnutrição no mundo; o Conselheiro parabenizou o presidente do CONSEA pela iniciativa do convite feito aos Ministros e pelas apresentações brilhantes, mesmo entendendo que a cada aumento que há de palestras, diminui o a participação dos Conselheiros nas plenárias, em função do quê solicitou ao Presidente Francisco Menezes que equilibre a agenda para que haja maior participação dos conselheiros. Continuando, o Conselheiro Faccina considerou que a polêmica entre a preservação do São Francisco e a transposição da sua água era um debate estéril, pela necessidade de se fazer as duas coisas, sendo principal desafio o de fazê-las ao mesmo tempo. Finalmente, o Conselheiro apresentou a proposta de que se convocasse os meios de comunicação e se definissem dois ou três grandes projetos, considerados simbólicos e eficientes, para um processo de transferência de tecnologia social apoiado pelo CONSEA e com participação dos ministérios, de forma a se implementar uma ação concreta e com resultados palpáveis. Em seguida, o Presidente do CONSEA apresentou ao

plenário o Senhor Adriano Martins, suplente do conselheiro Carlos Eduardo, e explicitou as expressivas contribuições feitas por este ao CONSEA, no âmbito dos debates sobre o controle social no Programa Bolsa Família, além da sua grande experiência em torno das questões relativas ao semi-árido. O Presidente Francisco Menezes passou a palavra ao suplente Adriano, que iniciou sua colocação sintetizando a questão fundamental da seguinte forma: "como garantir a Segurança Alimentar e Nutricional e a Segurança Hídrica no Semi-árido?". O suplente Adriano ponderou que não se deveria perder de vista essa pergunta em função da eleição, *a priori*, de uma ou outra alternativa. O senhor Adriano Martins considerou que a garantia da recuperação e o uso sustentável dos recursos naturais da região semi-árida, bem como as formas de apoio à proposta de revitalização do Rio São Francisco, necessitam de um aporte maior de recursos, de uma discussão mais intensa com a população ribeirinha, visando consolidar um programa integrador, que parta dos principais problemas, como o desmatamento acelerado dos cerrados. O suplente Adriano Martins acrescentou que um outro caminho a ser seguido seria perceber como as comunidades e a sociedade civil organizada do semi-árido têm enfrentado o problema da insegurança alimentar e da insegurança hídrica, sendo que a ASA tem dado um exemplo importante; dessa forma, o Governo Brasileiro, ao pensar soluções, deveria dessas experiências bem sucedidas, descentralizadas, o que seria mais inteligente e de melhor resultado, ao invés de resgatar uma proposta polêmica, já contestada por suas questões legais e jurídicas. O senhor Adriano Martins ressaltou ainda que a proposta de transposição foi rejeitada pela sociedade civil nas várias plenárias do Plano Plurianual do Governo Federal das quais participou; em função disso, o senhor Adriano considerou que o CONSEA, responsável por aconselhar o governo brasileiro, deveria se posicionar de forma bastante clara pelo apoio à revitalização e à recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, independentemente da integração de bacias. Em seguida, o Presidente do CONSEA passou a palavra aos representantes dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, para que estes fizessem as suas considerações acerca dos questionamentos expressos pelos Conselheiros e convidados. O representante do Ministro Ciro Gomes, senhor Pedro Brito, solicitou à Comissão Permanente de Segurança Alimentar no Semi-Árido que forneça cópia dos trabalhos elaborados pela mesma, para que sejam analisados pelo Ministério e incorporados pelas equipes as considerações que julgarem importantes; e colocou-se à disposição para viabilizar uma reunião entre essa Comissão e a equipe responsável pelo assunto no Ministério da Integração Nacional, caso necessário, o que permitiria aprofundar as questões apresentadas. Com referência ao risco ambiental, expresso pelo Conselheiro Ariovaldo, o representante do Ministério da Integração Nacional esclareceu que, ao citar o risco ambiental zero, referiu-se ao fato de que não se pretende alterar em nada o curso do Rio São Francisco, e que este já sofreu prejuízos e mazelas nos pontos de captação, de forma que a captação de um por cento da água não vai implicar em qualquer alteração. Acrescentou ainda que um dos problemas maiores desse trecho Rio, a inexistência de peixes, deve-se à centralização de sedimentos na barragem do Sobradinho, o que não vai ser alterado pelo Projeto, dadas as condições das barragens construídas naquela região; a alternativa tem sido o apoio a programas de piscicultura em modelos mais industriais; da mesma forma, a realidade das pessoas que antes plantavam arroz nas vazantes não voltará a existir, uma vez que o rio perdeu esta capacidade devido à ausência das enchentes, causada, por sua vez, pelo controle da vazão pela barragem do Sobradinho. O senhor Pedro Brito acrescentou que, por outro lado, caso essas barragens não tivessem sido construídas, o Nordeste sofreria severos problemas com a falta de energia elétrica, pois deixaria de contar com os 10.000 megawatts que são gerados. O representante do Ministério da Integração ponderou, no entanto, que poderia existir potencialmente problemas ambientais na construção dos canais, considerando o que acontecerá com a fauna e a flora nas bacias receptoras; o que não alteraria sua avaliação quanto ao risco zero para a bacia do Rio São Francisco, nem eximiria a responsabilidade dos governos e da sociedade para com a revitalização do Rio. Esta será feita, segundo o representante, independentemente da integração de bacias, pois a necessidade da revitalização decorreu da degradação sofrida pelo Rio ao longo de séculos, estando prevista no PPA de 2006/2008, com dotação de 1,4 bilhões de reais, aguardando-se que o Comitê de Bacias do Rio São Francisco venha a definir as prioridades para a aplicação dos recursos. O senhor Pedro Brito considera, assim, que não faria sentido fazer uma coisa e depois a outra, pois os 20 milhões de pessoas que vivem no semi-árido não poderiam esperar por um processo de revitalização que levaria vinte anos, e que se colocou como uma exigência para os governos estaduais e federais que tem permitido,

historicamente, o lançamento de dejetos no Rio. O representante do Ministério da Integração Nacional enfatizou o entendimento do Governo Federal de que se tratavam de projetos complementares, e não mutuamente exclusivos. Quanto à questão das pendências legais, o senhor Pedro Brito afirmou inexistirem pendências dessa ordem, tampouco alguma ilegalidade, tendo em vista a garantia constitucional de que todos os brasileiros têm o direito à água, e informou a existência de liminares impedindo a realização de audiências públicas do IBAMA e da Reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ao que acrescentou considerar uma incongruência, por tratar-se, no seu entendimento, de uma interdição do debate; informou ainda que uma das liminares já havia sido caçada, o mesmo devendo ocorrer com a outra, por ação da Advocacia Geral da União – AGU. O representante do Ministério da Integração Nacional continuou reiterando informação apresentada pela Ministra Marina Silva sobre a assinatura de decreto presidencial que tornou de utilidade pública dois quilômetros e meio ao lado dos canais, área disponibilizada para a Reforma Agrária, o que garantiria o controle social e evitaria a especulação dessas terras; acrescentou que, como não haverá inundação de áreas, não haverá expulsão de pessoas, mas o contrário, ou seja, a congregação de pessoas e comunidades nas margens dos rios que serão perenizados. O senhor Pedro Brito acrescentou, acerca dos questionamentos acerca das diferenças nos discursos dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, que inexistiam tais diferenças, uma vez que ambos trabalham coordenados e com a participação da sociedade em torno do programa de desenvolvimento do semi-árido, sendo o Projeto de Integração de Bacias apenas um de seus componentes e abrangendo outras ações complementares, como as cisternas, os poços e os dessalinizadores, que deverão beneficiar a população difusa. Quanto às questões apresentadas pela observadora Marilene, da ASA, o representante do Ministério da Integração Nacional considerou que o Estado da Paraíba não teria perdas com o Projeto, mas apenas ganhos, destacando a garantia de abastecimento hídrico para a cidade de Campina Grande, com quase 400 mil habitantes e impedimentos para a instalação de novas indústrias e conseqüentemente para a geração de novos empregos; quanto ao Canal da Redenção, o representante ressaltou que a proibição pela Polícia de que as pessoas utilizem a água seria motivada por uma necessidade extrema em função da insegurança hídrica diante da iminência de seca e da falta de água para o abastecimento urbano, exemplificando a lógica do medo, citada em sua exposição. O senhor Pedro Brito admitiu que Projeto foi muito mal conduzido técnica e politicamente no passado e ao longo do tempo, havendo uma desinformação muito grande da sociedade, o que tem se buscado superar com o debate do Projeto em vários fóruns, de forma a superar tanto a falta de informação como o uso desta de má fé ou por interesses escusos. Dando continuidade aos seus comentários, o representante do Ministério da Integração Nacional ressaltou que o CONSEA seria um dos fóruns mais importantes para essa discussão, dentro do seu foco, ou seja, a garantia da segurança alimentar e nutricional e a segurança hídrica, ressaltando que talvez não seja papel desse Conselho discutir o Projeto em seus aspectos técnicos. Esclareceu ainda que o objetivo do Projeto não é atender à população difusa, que será contemplada pelas ações complementares, como as cisternas, os poços e os dessalinizadores. O senhor Pedro Brito informou ainda que o Comitê de Bacia foi criado no governo de Fernando Henrique, não funcionou e vem sendo empoderado no Governo Lula, sendo que a decisão desse Comitê não foi contrária ao projeto, e sim de conceder os 26 metros cúbicos por segundo de vazão para o consumo humano e dessedentação animal; restou, assim, a divergência do Comitê quanto à retirada de água da Bacia, perfeitamente compreensível por se tratar de instância criada para defendê-la; porém, esta postura poderia não ser compreendida, segundo o representante, pelos nordestinos que encontram-se do outro lado, morrendo de sede e fome. O senhor Pedro Brito ressaltou que a implantação do Projeto dessa forma foi uma decisão do Presidente Lula, a quem cabe legitimamente definir as prioridades de investimento do Governo, e a Agência Nacional de Águas – ANA, responsável legal por definir outorgas, procedeu à concessão da outorga dos 26 metros cúbicos por segundo, numa média anual máxima de 61 metros por segundo até o ano 2025. Sobre os pagamentos pelo uso da água, o representante do Ministro Ciro Gomes informou que quem paga a água é quem faz uso dela, tratando-se da conta da operação do sistema e não de investimento, e cabendo a cada Estado a definição de sua política de quem vai pagar pouco, muito ou nada. Quanto à retirada de água do Rio, questionada pelo Conselheiro Naidison, o senhor Pedro Brito respondeu que o Rio possui uma vazão, no Baixo São Francisco, de 2850 metros cúbicos por segundo e serão retirados, em um primeiro momento, apenas 26 metros cúbicos por segundo, de forma que o rio sequer sentirá a sua

retirada; no ano de 2025, quando todos os projetos estiverem funcionando, isso poderá chegar a 3% da água e continuará sendo insignificante em relação ao Rio, que certamente será muito recuperado com o processo de revitalização, quando forem recuperadas as matas ciliares e os afluentes e o rio for desassoreado, medidas que garantirão ampliação da água disponível muito além dos 3% que serão retirados. O representante registrou que custaria muito mais à sociedade brasileira a não-implementação do Projeto, tendo como base o custo da seca de 1998/99, de 2,6 bilhões de reais, dinheiro que não representou nada do ponto de vista permanente e estruturante e que representou mais da metade do custo do Projeto, que terá efeitos permanentes a um custo de total de 4,5 bilhões de reais, incluindo o reassentamento, a reforma agrária e as linhas de transmissão. Encerrada a explanação do senhor Pedro Brito, o presidente Francisco Menezes agradeceu suas colocações e passou a palavra ao representante do Ministério do Meio Ambiente - MMA, Roberto Vizentin, que saudou o plenário e afirmou que todas as sugestões e críticas expressas seriam acolhidas pelo MMA e que o debate não se encerraria naquele momento, tendo em vista a sugestão de criar uma interlocução direta com o Ministério da Integração Nacional sobre os aspectos debatidos. O senhor Roberto Vizentin registrou posição de que o Conselho não deveria se pautar por nenhum tipo de posição determinista quanto aos resultados do Projeto, mas antes verificar quem será efetivamente atendido pelo Projeto e se este atenderá as demandas históricas das populações excluídas e resolver seus problemas, questões que resultam de decisão política, mais do que técnica. Reafirmou tratar-se de decisão de Governo anunciada e assumida pelo Presidente da República, implementada de forma integrada e coesa pelos Ministérios relacionados, o que não exclui a possibilidade de eventuais divergências. O representante do MMA entende que todas as precauções e os compromissos estabelecidos foram guiados para o enfrentamento do grave problema histórico, atendendo a uma demanda da sociedade e da população daquela região; ponderou, no entanto, que caso a forma de condução da questão não fosse considerada satisfatória do ponto de vista da participação e do controle efetivo da sociedade e das organizações, seria oportuno que o CONSEA se manifestasse, dentro do seu papel de aconselhamento e influência sobre as decisões do Presidente da República. Finalizando, o senhor Roberto Vizentin citou a afirmação do Presidente Lula de que cada comunidade sabe quais são seus problemas e as soluções destes, e que não havia possibilidade de que isso não fosse considerado nesse Governo. O Presidente do CONSEA agradeceu as duas participações e frisou os seguintes aspectos levantados na discussão: 1. a necessidade urgente de ações específicas visando enfrentar a carência de vitamina A; 2. fomento aos sistemas produtivos adaptados ao semi-árido; 3. apoio irrestrito à revitalização do Rio São Francisco; 4. resgate e incorporação às políticas das alternativas de manejo dos recursos hídricos desenvolvidas pelas comunidades; 5. garantia do controle e da participação social nos diferentes níveis e para as diversas ações relativas ao semi-árido; 6. garantia do acesso à terra, problema que está na base da desigualdade social na região, mediante reforma agrária nas margens dos cursos d'água, além de medidas visando evitar a concentração fundiária; 7. garantia do acesso à água, evitando qualquer forma de concentração desse recurso; 8. discussão conjunta e verificação das informações sobre o Projeto de Integração de Bacias no âmbito da Comissão Permanente do Semi-Árido; e 9. que o CONSEA seja consultado para questões relativas aos programas e possa participar da construção desses. Em seguida, o Presidente Francisco Menezes concedeu a palavra ao Conselheiro Renato Maluf, que apresentou as seguintes considerações: faltou uma melhor incorporação das propostas relativas ao Ministério da Saúde, tema que deveria ficar em aberto para novas discussões; houve uma participação fraca do Governo na reunião; o debate sobre o Projeto de transposição não foi claro o suficiente, entendendo-se que caberá ao MMA o licenciamento ambiental e que a questão agrária deverá ser incorporada pelo Governo; e restou a questão de que 70% da água seria destinada a sistemas de produção não sustentáveis, relacionados à irrigação comercial, além do consumo urbano e industrial, ou seja, para as estruturas já existentes. Em seguida, o Presidente do CONSEA concedeu palavra ao Conselheiro Ariovaldo, que manifestou-se propondo que o tema tivesse continuidade no ano seguinte, devendo-se constituir Grupo de Trabalho para analisar o Projeto e promover seminários, com participação da população local, visando discutir os arranjos produtivos. O Presidente Francisco Menezes ponderou que essas atividades deverão ficar sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional no Semi-Árido; em seguida, passou a palavra ao observador Flávio Valente, que propôs a incorporação, quando da análise do Projeto, da visão de direito humano à alimentação adequada. Em seguida, o Presidente do CONSEA

consultou o plenário quanto à proposta de que, em função do adiantado da hora, o item da pauta relativo à Avaliação do CONSEA em 2004 fosse feito na primeira plenária de 2005; a proposta foi aprovada pelo plenário. O Presidente Francisco Menezes comprometeu-se a preparar e enviar previamente uma avaliação da Presidência do CONSEA e solicitou a todos que preenchessem e enviassem suas avaliações individuais. Em seguida, o Presidente do CONSEA propôs que a próxima plenária fosse realizada no dia 22 de fevereiro de 2005, com reuniões das instâncias no dia 21 de fevereiro, e que o tema da plenária fosse o Planejamento 2005; as propostas foram aprovadas pelo plenário. ~~Não havendo mais nada~~Esgotada a pauta, -o Senhor Francisco Menezes agradeceu a todos e todas a participação e encerrou os trabalhos da V Reunião Ordinária às 18h13. A Reunião foi gravada em áudio. Lavrou-se a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, Sr. Francisco Menezes, e pelo Secretário-~~Executivo~~, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e rubricada pelos demais Conselheiros, para que se produza o seu efeito legal.

Brasília, 14 de dezembro de 2004.

Francisco Menezes
Presidente

Ministro Patrus Ananias
Secretário-Executivo